

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: António Lima Coelho • 0,75 € • Ano XXXIV • Abril / Maio 2025 • Nº 128

**ANS NOS 51 ANOS
DO 25 DE ABRIL**



Pág. 7

**JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE
COM OS 13 BRAVOS
DO MONDEGO**



Pág. 8 E 9

**ELEIÇÕES NA EUROMIL
UMA NOVA DIRECÇÃO**



Pág. 13

“O Sargento” à conversa com João Mata



“É nossa responsabilidade ... pugnar pelo cumprimento das leis ... e lutar pelos ... ajustes legais que promovam uma efectiva melhoria nas condições socioprofissionais ...!”

“... as batalhas serão mais fáceis de vencer se estivermos unidos...”

“... com capacidade de negociação colectiva conseguiremos defender os Sargentos ... de forma mais eficaz!”

“... assim que seja dada posse aos novos representantes do povo português ..., retomaremos os contactos ... com vista ao alcance desses nossos objectivos.”

“... identificar quadros de valor que garantam que esta obra dos Sargentos tem continuidade no tempo!”



EDITORIAL

REFORÇAR A ANS É

Defender o Passado, o Presente e o Futuro dos Sargentos!

O início de mandato dos novos Órgãos Sociais tem sido de grande intensidade respondendo aos anseios, expectativas, mas também aos apelos de muitos Sargentos que sabem encontrar esteio, solidariedade e força de luta na sua associação representativa. Facto relevante, que não podemos omitir, facilmente verificável no resumo de actividade associativa também publicada nesta edição do nosso jornal.

Reforçar a ANS é, assim, um factor de confiança, determinação e unidade com que os Sargentos de Portugal, e por consequência, as Forças Armadas e o País só têm a ganhar, particularmente no quadro que enfrentamos resultante das eleições do passado dia 18 de Maio.

Sobre as preocupações, de ontem, de hoje e de amanhã, é forçoso realçar a enorme concordância e unidade da classe, em torno das propostas apresentadas pela ANS, não apenas sob a forma do seu “Caderno de Aspirações”, mas também sob a forma de Memorandos, Comunicados ou intervenções presenciais, a todas as entidades políticas e militares com responsabilidades na matéria, mas também a disponibilidade para se bater pela sua concretização, na convicção de que estas aspirações não são assuntos encerrados.

Este jornal completou trinta e quatro anos de edição ininterrupta, como voz privilegiada dos Sargentos de Portugal, como factor de ligação e união dos Sargentos disseminados por todo o país. Ao longo destes anos soube granjear o respeito de todos os que o lêem. Podemos garantir que a sua leitura não é um exclusivo dos Sargentos e quem o faz, fá-lo com todo o interesse e atenção, por se tratar de uma voz atenta, responsável e combativa, dando sempre nota das realizações, mas também da denúncia das injustiças e das preocupações que nos assaltam em cada momento.

A ANS está já a realizar e a preparar uma série de iniciativas que são, indubitavelmente, um instrumento privilegiado no reforço da ANS e do associativismo militar, garantia de preservar o passado, salvaguardar o presente e defender um futuro melhor para os Sargentos de Portugal, futuro do qual todos temos obrigação e dever de ser protagonistas, independentemente da condição em que cada um se encontra.

A vida tem-nos ensinado permanente-

mente, que ninguém nos dá nada, no que aos nossos direitos diz respeito. Somos nós que os tivemos, temos e teremos de conquistar! Mas essa vontade de conquistar só a nós diz respeito. Basta acreditar e nós, na ANS, acreditamos!

Foi há praticamente trinta e seis anos, mais precisamente no dia 10 de Junho de 1989, a Assembleia-Geral da Comissão Nacional de Sargentos, reunida no salão da Voz do Operário para discussão e aprovação dos Estatutos e eleição da Comissão Instaladora da ANS – Associação Nacional de Sargentos. Esta data ficou para sempre como sendo o dia do nascimento oficial da nossa associação, concretizando-se assim a decisão histórica tomada por mais de quatro mil Sargentos reunidos no Pavilhão do Sacavenense, em 1 de Abril do mesmo ano, naquele que foi o 1º Encontro Nacional de Sargentos.

A ousadia da criação da ANS foi um forte abanão na sociedade portuguesa, particularmente no meio militar. Defendida e acarinhada por uma classe desprovida de direitos e dignidade, olhada com desconfiança pelos sectores intermédios da hierarquia e hostilizada pelas chefias e tutela política. Na altura houve quem comentasse publicamente que não passaríamos de meros aventureiros e de um conjunto de indisciplinados cuja vida associativa não duraria mais de seis meses. Houve mesmo quem, de forma mais radical, afirmasse que se tratava de uma aventura que teria rapidamente de ser derrotada pois, se vingasse, seria o fim das Forças Armadas. Como estavam enganados!

A ANS vingou! Os seis meses de vida erradamente vaticinados transformaram-se em trinta e seis anos de um percurso grandioso de determinação, honra e glória e as Forças Armadas não acabaram, aliás a ANS, ao longo da sua história, tem-se revelado como um factor indispensável na defesa da Instituição Militar, opondo-se com firmeza aos mais variados e profundos ataques à Condição Militar perpetrados por sucessivos governos.

Têm sido anos de duras lutas, de batalhas vencidas, mas também de alguns desaires. Contudo, fazendo um balanço honesto a todo o percurso, diremos sem vacilar: - **Valeu a pena!** Com coragem e denodo vencemos as perseguições, as penas disciplinares, as tentativas de ilegalização. Pela nossa determinação, disciplina e coragem ganhámos o respeito da sociedade,



o prestígio interno e externo, o reconhecimento de grande parte dos que de nós duvidavam. Adquirimos dignidade!

Pela nossa postura disciplinada, serena, mas determinada, mesmo nas situações mais difíceis, quantas vezes desafiados para a aventura, mas que sempre soubemos conter, transformámo-nos numa voz escutada com respeito.

Porém, as vitórias alcançadas, entre elas o direito ao associativismo profissional para os militares, estão longe de ser suficientes. Importa reforçar as ferramentas e os mecanismos legislativos necessários para continuar a preservar o passado, salvaguardar o presente e defender um futuro melhor para os Sargentos de Portugal.

As Forças Armadas continuam a sofrer uma forte descaracterização, pondo em risco o cumprimento da sua missão constitucional, levando à exaustão dos homens e mulheres que nela servem. A contínua descaracterização da Condição Militar, para além de dificultar a atractividade, acelera a desmotivação e a vontade de sair por parte de quem tudo tem dado para servir Portugal nas Forças Armadas.

Ter Forças Armadas não é um luxo que os países ostentam. É uma necessidade de qualquer país que se quer independente e soberano. Sendo a sua existência um pilar fundamental da defesa da independência nacional e da soberania, torna-se urgente estancar o ataque, reverter a descaracterização, tornar aliciente a noção de que “a defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses”, conforme o Artigo 276º da Constituição da República Portuguesa, a Constituição de Abril!

Porque temos consciência das dificuldades que o País atravessa, sabemos que esse objectivo não se alcança, nem é possível alcançar, de um dia para o outro, mas também sabemos que tudo se torna mais fácil se existir uma vontade séria de diálogo entre as tutelas política e militar e os representantes socioprofissionais dos militares.

Não basta participar em bonitas cerimónias, proferindo lindas palavras, se as mesmas não corresponderem aos actos e medidas praticadas.

Hoje, como há trinta e seis anos, a dignificação dos Sargentos de Portugal, das Forças Armadas e a Defesa da Condição Militar são o mote da nossa acção e nela concentramos os nossos esforços, empenhamento e experiência. Queremos ser sempre parte da solução, rejeitando fazer parte do problema. Quem não acreditar na sinceridade destes propósitos estará tão enganado como aqueles que há trinta e seis anos não nos davam mais do que seis meses de vida.

O nosso percurso, apesar dos escolhos, é pleno de glória, a tal ponto que a história das Forças Armadas das últimas quase quatro décadas nunca ficará completa se não for dedicado um capítulo ao associativismo socioprofissional do qual a ANS, não só por ter sido precursora, mas fundamentalmente pelo trajecto feito, é um elemento crucial.

Os Sargentos de Portugal, congregados na sua associação representativa de classe, cá estão para lutar no sentido de preservar o passado, salvaguardar o presente e defender um futuro melhor! ▲



À CONVERSA COM...



Depois de terem sido eleitos e empossados os Órgãos Sociais para o biénio 2025/2026, “O Sargento”, numa entrevista que se pretende despida de quaisquer formalismos, conversou na Sala “Bravos da Rotunda – Heróis do 5 de Outubro de 1910”, na sede social da ANS, com João Mata, que assumiu a responsabilidade de presidir aos destinos da nossa ANS.

“O Sargento” – João Mata, como encaras a tua eleição para Presidente da Direcção da ANS?

João Mata - Com elevado sentido de responsabilidade. Tenho perfeita noção da obra que foi construída, das lutas que foram travadas pelos meus antecessores, das consequências disciplinares que muitos dos antigos dirigentes sofreram para que hoje possamos exercer o nosso direito ao associativismo sem temer represálias. Percebo a apreensão que o facto de ser o primeiro Presidente da Direcção de uma Associação Profissional de Militares a ingressar nas Forças Armadas depois da constituição dessa mesma associação, possa ser manifestada pelos nossos sócios, porque sei também qual o nível de exigência deles! Ser-se Sargento é ser-se exigente! Está na nossa natureza! E nós, Órgãos Sociais, não deixamos, também, de o ser! A começar por nós mesmos! Se não formos exigentes connosco próprios, o caminho fica mais sinuoso. Portanto, encabeçar a lista que foi eleita no passado dia 1 de Fevereiro foi um desafio que me foi lançado pelos camaradas dos anteriores Órgãos Sociais que se vai renovando diariamente. E diariamente trabalharemos para não defraudar as expectativas criadas por quem formalizou no boletim de voto a sua intenção de ver esta nova direcção conduzir os destinos da ANS no biénio que agora se iniciou.

“O Sargento” – És o presidente eleito num quadro de necessidade de alterações legislativas a nível nacional, de grande conflitualidade internacional e de grande dificuldade de recrutamento e retenção de efectivos. Estes factos aumentam a responsabilidade dos novos órgãos sociais?

João Mata - Sem dúvida! Antes de mais, vejo-me obrigado a citar o meu antecessor, recorrendo a uma frase que tem um profundo significado: “Ninguém ama mais a paz que aqueles que conhecem os horrores da guerra!”. O quadro geopolítico internacional não é favorável ao re-

crutamento de jovens para as Forças Armadas. Se a isso adicionarmos as particularidades conhecidas, e por nós denunciadas, da situação sócio-profissional dos militares portugueses, então temos o quadro perfeito para dar o passo final em direcção ao abismo! Por muita publicidade que se tenha feito às medidas tomadas pelo governo em 2024, os efeitos no terreno não se sentem! Se financeiramente houve melhorias? Claro que sim! Não era difícil que assim fosse quando falamos de uma classe profissional que estava entregue ao abandono desde antes de a Troika ter entrado no país! Porém, estruturalmente pouco foi feito! Por exemplo, mexeu-se apenas em suplementos, mas a tabela remuneratória que nos é aplicada a toda a administração pública! O poder político tem de perceber que os militares portugueses não podem ser comparados aos funcionários públicos nos seus direitos, por muito respeito que os funcionários públicos portugueses nos mereçam! E o poder político sabe disso quando se trata de exigir o cumprimento dos deveres inerentes à condição militar! Nesse sentido, exigimos coerência quando se trata dos nossos direitos! A permanente disponibilidade para o serviço, cada vez mais exigente atendendo à sangria de recursos humanos a que as Forças Armadas têm sido sujeitas, com sacrifícios pessoais, familiares e sociais, muitas vezes com reflexo no desenvolvimento psicológico dos filhos dos nossos militares e na estabilidade emocional destes últimos, tem de ser reconhecida através do respeito pela concessão de especiais direitos, conforme determina a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar! É nossa responsabilidade, enquanto associação representativa de uma categoria de militares, pugnar pelo cumprimento das leis em vigor e lutar pelos necessários ajustes legais que promovam uma efectiva melhoria nas condições socioprofissionais dos Sargentos portugueses!

“O Sargento” – Podes elencar algumas das matérias que consideres importantes ou mesmo prioritárias no âmbito do associativismo socioprofissional?

João Mata - Para além de dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido, devemos começar por motivar os camaradas mais jovens para a questão associativa! Temos que os sensibilizar para a necessidade de se juntarem à causa! Ensiná-los a comparar os direitos que hoje têm com os direitos que os Sargentos portugueses tinham antes de 1989, e ensiná-los a perceber que esses direitos são fruto de muita luta, muito suor, muitas lágrimas, muitas consequências disciplinares e muitos anos de trabalho diário por parte de dirigentes e massa associativa que mais não quis se não assegurar que as gerações que lhes iriam suceder tivessem melhores condições que as que eles tinham! Mostrar-lhes que as batalhas serão mais fáceis de vencer se estivermos unidos e se crescermos em número! Por exemplo, há camaradas que nos dizem que não compareceram em determinada acção porque um dos principais temas em debate era a questão das pensões de reforma! Temos que encontrar estratégias para sensibilizar estes camaradas para o facto de que, quando nos debatemos pela garantia de não existir perda de rendimento na transição da reserva para a reforma, fazemo-lo, não para defender os camaradas que já têm a sua pensão de reforma calculada, mas sim aqueles que para lá caminham, onde se inclui um jovem Segundo-Sargento de 25 anos!

Ao nível das matérias prioritárias, o nosso Caderno de Aspirações elenca-as detalhadamente, mas posso destacar a retoma da graduação dos alunos dos Cursos de Formação de Sargentos do Quadro Permanente, oriundos da categoria de Praças, nos primeiros postos da Categorias de Sargentos, a reformulação dos conteúdos programáticos destes cursos com vista a atribuição do nível de Licenciatura aos Sargentos QP e do nível 5 aos Sargentos RC,

a valorização da formação externa obtida por iniciativa do militar, a reposição das modalidades de progressão na carreira conforme existiam antes da revisão do EMFAR de 2015, a profunda revisão do RAMMFA, retirando-lhe a carga punitiva que lhe é associada e transformando-o num regulamento formativo, não menos importante, e porque é incompreensível que em 2025 haja Primeiros-Sargentos com mais de 20 anos de permanência no posto, a criação da figura do tempo máximo de permanência no posto, rever o regime de assistência na doença aos militares, retirando-o da esfera do IASFA, permitindo que esse instituto se foque naquela que deve ser a sua única missão – a acção social complementar... Enfim! Parece que estou aqui a repetir um discurso que já ouvíamos antes, o que na verdade só acontece porque as nossas tutelas tardam em dar resposta a todas estas problemáticas, negando a evidência de que só com profundas alterações estruturais e revertendo as medidas que lesaram severamente a capacidade de sobrevivência das Forças Armadas é que se contribuirá para a retenção do capital humano nas fileiras! Pode-se propagandear o aumento de candidatos! O que verdadeiramente interessa é quantos desses candidatos terminam a fase de instrução e quantos estarão em funções operacionais 4 anos depois de se candidatarem!

“O Sargento” – Depois da queixa apresentada pela EURO-MIL (Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares) em 2021, ao Comité Europeu dos Direitos Sociais, foi recentemente conhecida a decisão deste órgão de supervisão independente, no sentido de que Portugal violou aspectos da Carta Social Europeia. Qual o impacto desta decisão no futuro mais próximo?

João Mata - É um reforço na argumentação que temos usado no sentido de nos serem conferidos os direitos de negociação colectiva com decisões vinculativas e da representação jurídica dos nossos associados. É uma decisão que dá força a uma luta antiga! Entendemos que com capacidade de negociação colectiva conseguiremos defender os Sargentos Portugueses de forma mais eficaz! É uma questão de olharmos para o exemplo da PSP! Foi a capacidade de negociar colectivamente que levou a que a Ministra da Administração Interna se visse obrigada a reunir com as estruturas sindicais da PSP, reuniões onde acabaram por ser incluídas as associações socioprofissionais da GNR. E os nossos camaradas das Forças e Serviços de Segurança viram a sua condição socioprofissional sofrer melhorias significativas pela força destas estruturas! Ora, é uma questão de elementar justiça que estes direitos sejam alargados às estruturas representativas dos militares das Forças Armadas, e o Comité Europeu dos Direitos Sociais veio dar-nos razão! Os trabalhos no sentido de alcançarmos este objectivo já se iniciaram, quer individualmente, quer em conjunto com a AOFA e a AP. O quadro político actual, com a queda do governo e a dissolução da Assembleia da República, não favoreceu a tomada de muitas posições imediatas. No momento em que falamos ainda não se realizaram as eleições, pelo que não sabemos como se vão correlacionar as forças políticas no parlamento, mas, assim que seja dada posse aos novos representantes do povo português no plenário, retomaremos os contactos com os partidos políticos com vista ao alcance desses nossos objectivos. Entretanto, a ANS iniciou um conjunto de reuniões com Sargentos onde, para além do debate das mais conhecidas aspirações, abordamos a necessidade de nos serem reconhecidos esses direitos. Estivemos no Feijó no passado dia 15, iremos estar no próximo dia 20 de Maio na nossa Sede e no dia 26 de Maio em Vila Nova da Barquinha. Planeamos, ainda, ir à zona do Porto para debatermos com os nossos camaradas do Norte, mas, entretanto, temos também o nosso aniversário, pelo que não se consegue adiantar uma data para essa sessão.

Continua >>>>



»»»» Existem planos, também, para uma acção conjunta entre as três APM, mas ainda não temos nada concreto para adiantar. O importante, para já, é sensibilizar os camaradas para a importância de se mobilizarem e se juntarem a nós nesta luta, e é isso que temos vindo a fazer! Começámos com iniciativas de pequena dimensão, que, caso sintamos dificuldades em fazer ouvir a nossa voz, crescerão na proporção mais indicada!

“O Sargento” – Para terminarmos a nossa conversa colocarei a seguinte questão: o que muda com a vossa eleição e quais os principais projectos para este biénio?

João Mata - Antes de mais muda o sotaque daquele que dá a voz às preocupações dos Sargentos, porque é com

orgulho que torno perceptíveis as minhas origens brigantinas (risos)!

No que diz respeito às nossas matérias prioritárias, as mudanças não serão muitas porque, infelizmente, muitos dos problemas mantêm-se e a ânsia de os ver resolvidos é a mesma que os anteriores Órgãos Sociais tinham.

Temos algumas estratégias em mente com vista à forma como abordamos os jovens. Num mundo cada vez mais digital a adaptação às novas formas de comunicação é essencial, e temos uma equipa constituída para trabalhar nessa matéria! Gostaria de destacar que, o facto de caminharmos nesta direcção não quer dizer que esqueçamos os nossos camaradas mais veteranos! De todo! É a

eles que devemos estes 36 anos de existência da ANS e o contacto com eles, seja por via do jornal “O SARGENTO”, seja pelas vias mais clássicas mantêm-se na nossa lista de prioridades! A estratégia passa por alargar ainda mais a nossa capacidade de comunicar!

Para além da comunicação indirecta, planeamos descentralizar o contacto directo com os camaradas através da organização de reuniões e outros encontros, reforçar e reorganizar o trabalho das Comissões Permanentes dos Ramos, dinamizar os trabalhos no sentido da captação de novos sócios e, destes, identificar quadros de valor que garantam que esta obra dos Sargentos tem continuidade no tempo! ▲

REUNIÕES DE SARGENTOS NO FEIJÓ E NO LUMIAR

Pensões, Vencimentos, Negociação Colectiva

A ANS, com a preciosa colaboração do Clube do Sargento da Armada, promoveu no dia 15 de Maio uma reunião de Sargentos, no Feijó, e no dia 20 de Maio promoveu outra reunião na sua sede, no Lumiar, para discussão, esclarecimento e recolha de informação junto da Categoria. As pensões e os vencimentos, interligados e a carecer de revisão/valorização; negociação colectiva com vínculos é essencial.



Reunião na Delegação nº 1 do Clube do Sargento da Armada, no Feijó

Várias dezenas de camaradas estiveram presentes no Feijó e no Lumiar para debater os três grandes temas promotores destas reuniões, com Mesas de Trabalhos presididas pelo Presidente João Mata, e constituídas ainda pelo Tesoureiro José Pereira e pelo Vice-Presidente pela Armada, Rogério Graça.

João Mata explicou os objectivos da realização deste tipo de Reuniões, a saber, auscultar, esclarecer, organizar e mobilizar para a luta em defesa dos direitos sociais dos



Reunião na Sede Social da ANS, no Lumiar

Cidadãos em Uniforme. Anunciou estarem em preparação reuniões nas regiões de Santa Margarida-Tancos-Abrantes-Entrancamento (já agendada para 26 de Maio) e na região do Porto, em data a confirmar.

Eventualmente, tendo em conta a decisão do Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS) contra o Estado Português por violação de dois artigos da Carta Social Europeia, que Portugal ratificou, e após as eleições, novo Parlamento, novo Governo, ou seja, durante o Verão, poderá organizar-se uma iniciativa mais abrangente, com mais ou menos exposição pública. Tudo estará dependente do nosso trabalho colectivo.

José Pereira fez o historial da evolução das fórmulas de cálculo das pensões dos Militares (*há 13! E só para os camaradas inscritos na Segurança Social, há 7!*), para reforçar a ideia de que é inaceitável haver dois militares na mesma missão, em que um é discriminado em relação ao outro, neste caso nos cortes previstos para as pensões no futuro. É necessário que se crie um sistema justo e igual para todos os militares.

Citando os deveres e especiais direitos que a Condição Militar impõe, José Pereira demonstrou como estão desequilibrados: o ataque tem sido para cortar direitos, especiais porque deveriam ser contrapartida aos deveres, que esses são por nós cumpridos sempre.

De seguida Rogério Graça expôs sobre vencimentos. A proposta de Revisão e Alteração do Regime Remuneratório Aplicável aos Sargentos foi entregue e apresentada à Comissão de Defesa Nacional-AR em 26 de Outubro de 2022, e a outros Órgãos e Entidades, e continua a ser a base das nossas reivindicações, inscritas aliás no Caderno de Aspirações da ANS.

A última apresentação ficou a cargo de João Mata. Referindo-se novamente à decisão do Comité Europeu dos Direitos Sociais, afirmou qual a posição da ANS:

1. Negociação colectiva com vínculos; e
2. Representação jurídica de associados.

Se estes são dois dos pilares para atingirmos uma melhor representação e defesa dos Sargentos de Portugal, então a ANS quer caminhar nesse sentido, de acordo com a decisão do CEDS. O terceiro pilar, a greve, não é nenhuma prioridade e é questão que não se põe no contexto associativo militar português.

Todas as matérias acima foram alvo de debate por parte de ambas as audiências.

É, afinal, isso que se pretende: debater, informar, mobilizar. ▲

107º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE LA LYS E DIA DO COMBATENTE

No passado dia 9 de Abril de 2025 decorreu no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, a cerimónia do Dia do Combatente, evocando igualmente o 107º aniversário da Batalha de La Lys.

Este evento contou com a presença de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, membros do governo, incluindo o MDN, autarcas e responsáveis militares.

A ANS esteve representada por Alice Moreira, Vogal da Direcção.



Conforme afirmou o bispo das Forças Armadas e de Segurança, a Europa enfrenta desafios complexos no campo da Defesa, e por isso, a Defesa Europeia deve ser mais do que um sistema militar, apelando a compromissos em favor da Paz.

O evento integrou uma cerimónia militar e a deposição de coroas de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, na Sala do Capítulo, homenageando o sacrifício de tantos homens e mulheres que deram a vida pela Pátria e pela Paz, na defesa da liberdade e da dignidade humana.

Novos Órgãos Sociais da ANS apresentam cumprimentos ao Presidente do Conselho Directivo do IASFA

Uma delegação da ANS, constituída por João Mata, Carlos Colaço e Rogério Graça, Presidente e Vice-Presidentes da Direcção, respectivamente, foi recebida em audiência, no passado dia 10 de Abril de 2025, pelo Presidente do Conselho Directivo do IASFA, TGEN Morgado Baptista, que se fez acompanhar pelos Vogais do Conselho Directivo, Dra. Paula Costa e Dr. Manuel Lopes e pelo Chefe do Gabinete de Apoio ao Conselho Directivo, Coronel José Serra.

Para além da formalidade da apresentação de cumprimentos, os dirigentes tiveram a oportunidade de apresentar ao Presidente do Conselho Directivo do IASFA várias das principais preocupações dos Sargentos Portugueses relacionadas com a assistência na doença e com a Acção Social Complementar, numa audiência rica em debates de ideias nas mais diversas matérias, de onde mereceram destaque a aspiração dos Sargentos em que a ADM deixe



de ser responsabilidade do IASFA, o enriquecimento do regime livre de participações em todo o território nacional e o aumento do número de protocolos e seu alargamento a todo o território continental e ilhas como forma de melhorar o regime convencionado, o alargamento da cobertura territorial pelos Centros de Apoio Social

(CAS) do IASFA, a revisão dos modelos de concurso para atribuição de habitações de renda económica por forma a não obrigar os candidatos a investir avultadas verbas para melhoramento dos imóveis antes de os ocuparem, entre outros assuntos.

Da parte dos membros do Conselho Directivo foi possível obter as garantias de

que há trabalhos a serem desenvolvidos no sentido de melhorar o modelo de participações do regime livre, da mesma forma que já se iniciaram diligências para a recuperação do parque habitacional do IASFA. Foi, ainda, possível convergir relativamente ao alargamento da cobertura territorial dos CAS, nomeadamente para Sul do território continental e notar a convicção de que, com a revisão do sistema informático actualmente em curso, se consiga trabalhar no aumento da oferta do regime convencionado para assistência médica.

Da parte dos Dirigentes da ANS, ficou a garantia de que a Associação Nacional de Sargentos trabalha diariamente no sentido de sensibilizar os Sargentos Portugueses de que o IASFA é uma obra de militares para militares, pautado pelo princípio da solidariedade, e que deve ser defendido por forma a assegurar a sua continuidade temporal e a sua capacidade de resposta. ▲

Novos Órgãos Sociais da ANS apresentam cumprimentos ao General CEMFA



Uma delegação da ANS, constituída por João Mata, Carlos Colaço, Pedro Santos e Caio Pardim, Presidente, Vice-Presidente e Vogais da Direcção, respectivamente, foi recebida em audiência pelo Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, General João Cartaxo Alves.

Acompanhados pelo Assessor do CEMFA para a Categoria de Sargentos, SMOR José João Pereira, os dirigentes tiveram a oportunidade de, numa sessão que decorreu com profunda cordialidade entre as partes, para além de formalizarem a apresentação de cumprimentos na sequência da tomada de posse dos Órgãos Sociais da ANS para biénio 2025/2026, debaterem com o Chefe Militar da Força Aérea várias das principais preocupações dos Sargentos Portugueses, entre as quais a valorização da formação académica dos Sargentos, o Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, a graduação dos alunos dos Cursos de Formação de Sargentos dos Quadros Permanentes, o pagamento por desempenho de

funções de posto superior, entre outras.

Tendo sido possível identificar pontos de convergência em algumas matérias, nomeadamente no que diz respeito ao RAMMFA e à graduação dos alunos do CFS/QP, houve alguns pontos alvo de debate mais aprofundado que permitiram, ao General Cartaxo Alves e ao seu Assessor para a Categoria de Sargentos, perceberem as aspirações dos Sargentos Portugueses, com particular destaque para os que servem na Força Aérea, nomeadamente o facto de os seus legítimos representantes para os assuntos socioprofissionais, mais uma vez, não terem sido chamados a contribuir para o enriquecimento do Grupo de Trabalho constituído para a revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, a definição de uma estratégia que permita compensar os militares em situação de colocação fora da sua área de residência ao nível do alojamento e da alimentação ou, ainda, a profunda revisão da tabela remuneratória aplicável aos Sargentos. ▲

Visita/Palestra da ANS à Esquadriha de Subsuperfície, no Alfeite



As visitas/palestras sobre o que é a ANS e qual o seu papel no contexto socioprofissional militar do nosso país continuam a realizar-se. Ferramenta fundamental para o associativismo, desta vez foi na Esquadriha de Subsuperfície que o trabalho junto dos camaradas se desenvolveu.

Uma delegação liderada pelo Presidente da Direcção da ANS, João Mata, com 9 elementos dos Órgãos Sociais, nos quais se incluíram os Vice-Presidente e Secretário da Direcção da Marinha, Rogério Graça e Arlindo Almeida, visitou aquela Esquadriha (ES).

Recebida pelo Sargento mais antigo da ES, SCH Dias Salgueiro, a delegação apresentou cumprimentos ao Comandante, CMG Baptista Pereira e ao Comandante da Flotilha, CALM Rodrigues Pinto, que acompanharam o início da palestra.

Cerca de duas dezenas de camaradas (também com as presenças do 2º Coman-

dante, das duas Praças mais antigas, das duas áreas da ES, Mergulhadores e Submarinos, e ainda do Assessor do CEMA para a Categoria de Sargentos) assistiram à palestra de João Mata.

No final foram colocadas questões, essencialmente sobre as questões que envolvem a passagem à Reforma, às quais o camarada José Pereira, Tesoureiro da ANS, respondeu de forma sustentada fazendo um historial desde 1989 até aos nossos dias.

Foi uma sessão produtiva para os camaradas que, com 'Zelo, Aptidão e Honradez', servem Portugal na Esquadriha de Subsuperfície. ▲



CURSO DE PROMOÇÃO A SARGENTO-CHEFE



No seguimento do artigo publicado na anterior edição de “O SARGENTO”, sobre o 1º Curso de Adjunto de Comandante, não poderíamos deixar de depositar expectativas no Curso de Promoção a Sargento-Chefe (CPSC), pelo que é sobre este último que iremos abordar.

Conforme referimos no anterior artigo, quando nos solicitaram contributos para a melhoria da carreira do Sargento, seria no intuito de que houvesse seguimento nestes cursos que valorizassem e reconhecessem academicamente a carreira do Sargento, tornando-a mais atractiva. Conforme bem sabemos, a formação destes cursos tem vindo a ser dada de forma variada, desrespeitando um referencial que se esperaria comum a todos os Cursos de Formação de Sargentos (CFS), mas que nunca encontrou essa normalização, sendo criticada por isso pelos diversos comandos que o frequentavam.

As nossas expectativas recaíam, por isso, na forma como este iria decorrer, visto o seu referencial ter sido alterado recentemente, tornando os seus objectivos muito específicos e ambiciosos na formação para aqueles que irão desempenhar cargos no posto de Sargento-Chefe em todas as áreas funcionais do Exército, inclusive a preparação para a função do posto seguinte, ou seja, como Adjunto de Comandante.

Será normal encontrar-se inicialmente alguma resistência, incompreensão e crítica sempre que pretendemos alterar a forma como orientar a formação, pelo que este não será diferente.

Assim, após recolhidas opiniões de alguns comandos deste último curso, percebemos que tendo sido o primeiro curso nos novos moldes, após alteração do seu referencial, este poderá ter aspectos positivos, mas tem ainda muita margem para melhorar.

Estando bem definidas, no referencial de curso, as matérias a transmitir de forma mais objectiva para as áreas vocacionadas deste posto, constata-se, à partida, que a sua implementação está debaixo de

um elevado grau de exigência no que se refere à carga horária e, assim sendo, espera-se que as disciplinas sejam as mais adequadas e as matérias mais assertivas, pelo que já poderá ser um factor construtivo.

Benéficos também serão uma boa alojamento condigno e disponibilidade de instalações e materiais para a formação, bem como do treino físico agora contemplado, e bem, na carga horária.

Aqui será importante a disponibilidade da Direcção do Curso, mas também das Chefias, no seu acompanhamento, à semelhança do que aconteceu no curso de Adjunto de Comandante anterior, e que se justificaria neste de igual modo, ainda que de forma menos expressiva.

No que respeita a matérias, a incorporação da disciplina de inglês é sem dúvida fundamental face aos desafios multinacionais que se nos apresentam nos dias de hoje. No entanto, parece-nos que poderia ter mais horas e ocorrer de forma contínua educativa e não avaliativa, orientada para o cumprimento do “*stanag*” em ambiente internacional e possibilitando, no final, aferição linguística, com registo em folha de matrícula, possibilitando assim agilizar processos de nomeação e escolhas para cargos internacionais.

Igualmente fundamentais tornam-se as matérias de duas áreas relacionadas com Direito e Legislação Militar e Gestão Documental (GesDoc).

Na primeira, destacamos a forma como pode ser ministrada, por blocos diferenciados, orientada para uma procura por assunto, mais rápida e eficaz, focando-se no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), integrando a legislação sobre o direito ao associativismo para os militares das Forças Armadas, mas também nos diversos Regulamentos e Códigos, como o do Processo Administrativo (CPA), já que este reflecte os direitos e obrigações em termos administrativos. Apesar de não concordarmos com este sistema de avaliação, também aqui incluiríamos o Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA), que de forma prática deve ser explicado, já que estando em vigor é através deste Regulamento que se rege a avaliação do militar, assim como, por razões óbvias, a inclusão do Regulamento de Disciplina Militar (RDM).

Na segunda, aprofundar o Sistema Integrado de Gestão (SIG) em todos os seus módulos e no GesDoc que deve continuar, incluir ainda a parte de gestão documental como chefe da secretaria de comando, já que o seu funcionamento é diferente. Parece-nos importante ainda, no culminar destas e em fase final de curso, uma passagem pelas diversas secções de Estado Maior (EM), Secretaria-geral e outros departamentos/serviços, para ver e apreciar

“*in loco*” as diversas funções atribuídas a Sargento-Chefe. Dividir o curso em pequenos grupos, distribuindo-os pelas diversas secções, ficando estes grupos entregues àquelas secções durante um período considerável, permitindo consolidar a forma do seu funcionamento em jeito de um ministério. Parece-nos ser uma boa sugestão que em alturas de tempo disponível se possa contribuir para a aquisição de conhecimentos práticos essenciais para as funções de Sargento-Chefe na sua generalidade, evitando basear-se apenas em palestras em que apenas se diz como se deve fazer.

Chegados a esta fase da carreira, parece-nos não menos importante a matéria de História, Defesa e Relações Internacionais. No entanto, no que respeita à vertente histórica, esta pode estar mais orientada para o passado recente (ex: antes e após 25 de Abril de 1974), já que vão havendo desenvolvimentos e, em cursos anteriormente frequentados, o estudo terá sido orientado para um passado mais longínquo. No que respeita a Relações Internacionais, por ser uma matéria nova e de relevo preponderante nos dias de hoje e futuros, deveria assumir maior relevância e, conseqüentemente, deveria evitar-se o descarregar de diapositivos que dedicam poucas horas de carga horária. Deve ser reconhecida e valorizada a sua importância no contexto global em que cada vez mais tendemos a estar inseridos. Para acomodar estes aspectos, poderia ser subtraído algum do tempo da disciplina de Chefia e Liderança (CHL) que, afinal, já vem sendo praticada pela experiência adquirida ao longo da carreira e ministrada em cursos anteriores.

Importantes também são as visitas, sejam elas aos **Órgãos Centrais de Administração e Direcção (OCAD's)** de forma a compreender o funcionamento entre os Órgãos de Comando e as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) dos quais dependem, passando pela visita às Brigadas, onde se poderá constatar as suas

capacidades, ter contacto com os materiais e equipamentos em uso e confirmar a forma como estão organizadas. Porque cada vez mais as missões são em conjunto e combinadas, as visitas aos Comandos de outros Ramos (Marinha e Força Aérea), são de especial relevância, e por isso defendemos que este e outros Cursos da carreira de Sargento deveriam ser comuns aos Sargentos de todos os Ramos.

Sobre o trabalho de aplicação (TA), parece-nos bem ser individual já que valoriza o trabalho e diferencia os militares, no entanto, será importante que os assuntos a debater se enquadrem na esfera militar e em áreas que possibilitem o seu estudo e melhoramento, tendo como objectivo umas Forças Armadas cada vez mais capazes, que possibilitem ainda a sua discussão em forma de Tese.

Gostaríamos ainda de ver professores escolhidos pelo seu conhecimento e/ou experiência em exclusividade escolar, podendo ser militares, mas dedicados apenas à formação, pelo que não podemos deixar de criticar situações de docentes em suplência e sobrecarga de funções ou ainda em pré-nomeação para cargos internacionais que, com toda a certeza, originam desgaste nos próprios, desviam do foco escolar e contribuem para uma deficiente e contraproducente formação, situação que deverá ser sempre evitada em cursos que se devem encarar como dos mais importantes para os militares dos quadros permanentes das nossas Forças Armadas.

Por último entristece-nos que este Curso discrimine no seu referencial as unidades de competência e créditos a atribuir na valorização académica, mas ainda não contemple e refira qual o grau de reconhecimento na carreira do Sargento, enquadrando-a na Lei de Bases do Sistema Educativo, que aqui deveria ver reconhecido o nível 7 e ser-lhe averbado na respectiva Folha de Matrícula.

Um sargento devidamente identificado ▲

NÃO CLASSIFICADO

DOCUMENTO II – PROPOSTA DE CURSO

Instituição do Curso: Promoção a Sargento-Chefe Classe: EST01838

PARTE - I - ESPECIFICAÇÃO DO CURSO.

1. **Descrição da necessidade formativa.**
O Curso de Promoção a Sargento-Chefe visa habilitar ao exercício de funções de comando, chefia e chefia técnica, de natureza essencialmente, de carácter técnico, administrativo, logístico e de formação (pontos 2. e 3. do Artº 129 do DL 90/2015, de 29 de maio - Estatuto dos Militares das Forças Armadas) e de funções de chefia e coordenação de natureza técnica, bem como chefia, coordenar e executar funções de formação de recursos administrativos, logísticos, relacionados com o exercício de responsabilidade, no posto de Sargento-Chefe (álgebra 1) do ponto 2. do Artº 241 do DL 90/2015, de 29 de maio - Estatuto dos Militares das Forças Armadas).

2. **Finalidade do Curso.**
O Curso de Promoção a Sargento-Chefe constitui-se como condição especial para acesso a este posto (Artigo 231º F do EMFAR) e habilita o Sargento-Ajudante para o desempenho de cargos em todas as áreas funcionais do Exército, compatíveis com o posto de Sargento-Chefe, nomeadamente:

- Adjunto do Comandante de Regimento
- Adjunto do Comandante de UE3
- Chefe da Secretaria de Comando
- Chefe de Secção / Subsecção
- Chefe da Secção de Gestão Documental
- Sargento de Operações Informacionais e Segurança
- Sargento de Pessoal
- Sargento de Logística
- Sargento Adjunto

3. **Tipologia do Curso.**
Promoção

4. **Área de Educação e Formação.**
R03 Segurança Militar

5. **Conselho Superior para a Qualificação.**
Defesa e Segurança

NÃO CLASSIFICADO Página 1 de 4

NÃO CLASSIFICADO

6. **Módulo do Curso.**
Português

7. **Aplicabilidade.**

A. **Forma de Prestação de Serviços:**
 OP RCE RC RV MPCE

B. **Categoria:**
 Oficial Sargento Praça Civil Aluano

C. **Especificação de (N) Postos (se aplicável):**
Sargento-ajudante

D. **Especificação de Área, Serviço ou Especialidade (se aplicável):**
Não aplicável

E. **Entidades Nacionais:**
 Armas Exército Outros Ramos Forças de Segurança Entidades Civis

F. **Entidades Estrangeiras ao âmbito de relações bilaterais com Portugal:**
 Sim Não

G. **Outras especificações (se aplicável):**
Não aplicável

8. **Número de Formandos por edição do curso.**

A. **Máximo:**
25 (vinte e cinco)

B. **Mínimo:**
50 (inquarenta)

9. **Número de Formandos estimados por ano.**
200 (duzentos)

10. **Número de edições previstas por ano.**
2 (duas)

11. **Pré-Requisitos.**

A. **Formação:**
Curso de promoção a Sargento-Ajudante

1. OP - Quadro Permanente; RCE - Regime de Contrato Especial; RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado.

NÃO CLASSIFICADO Página 2 de 4



NOS 51 ANOS DO 25 DE ABRIL, ANS participa em diversas iniciativas

Em Lisboa, na Avenida da Liberdade:

Conjuntamente com as outras Associações Profissionais de Militares (AOFA - Associação de Oficiais das Forças Armadas e AP – Associação de Praças), com famílias e amigos, na Avenida da Liberdade, fazendo parte da imensa mole humana que assim comemorou o 51º aniversário do 25 de Abril de 1974.



No Porto, a convite da ACR:



Em Lisboa, a convite da ACR:



Em Almada, a convite da Câmara Municipal:



No Almoço Comemorativo promovida pelas seis estruturas associativas (Clube Militar Naval, Clube do Sargento da Armada, Clube de Praças da Armada, Associação Nacional de Sargentos, Associação de Oficiais das Forças Armadas e Associação de Praças), estando o evento, este ano, a cargo da AP:



A Revolução dos Cravos, como ficou conhecida, terminou com quarenta e oito anos de fascismo e trouxe a Democracia ao Povo Português.

A ANS, a par com as outras APM, no plano associativo socioprofissional, bem como os clubes de militares, no plano associativo sociocultural, enquanto legítimos representantes dos militares, teriam de estar presentes nestas significativas, simbólicas e tradicionais iniciativas.

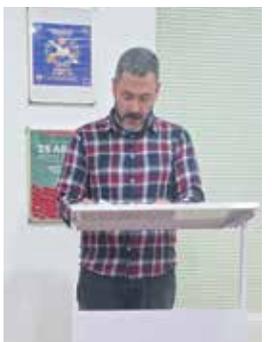


Solidariedade, Verdade e Justiça! Valores Fundamentais e a par



Na sede da Associação Nacional de Sargentos decorreu uma sessão de homenagem aos 13 do Mondego, uma demonstração de apoio e solidariedade, no dia em que passavam dois anos sobre o acto nobre e corajoso que levaram a cabo.

Para além dos advogados que os representam, marcaram presença os Presidentes da Direcção da AP, CSA e CPA, bem como o Director do jornal "O Sargento", que fizeram intervenções de reconhecimento plenas de emoção.



O Presidente da Direcção da ANS, João Mata, sublinhou a postura da Associação numa intervenção que transcrevemos:

"Exmos. Convidados, Exmos. António José Grosso Campaniço, João Paulo Fernandes Ferreira, Sérgio Miguel Pires Mendes, Rodrigo Miguel da Silva Ferreira, Pedro Ricardo Rodrigues de Oliveira, Jorge Filipe Vicente Dias, Jean-Pierre Raposo Dias, Renato Almeida Neves, Filipe Dias São João, André Filipe Guerra Amorim, Rúben Alexandre de Almeida Martins, João Pedro Baião Rodrigues, Sérgio Manuel da Luz Moutinho da Rocha.

Camaradas, completam-se hoje dois anos desde que, no Cais de Pesca do Funchal, 13 Militares da guarnição do NRP Mondego formaram militarmente para, com a lealdade que se espera de um verdadeiro homem de armas, informar o seu comando de que o navio que tripulavam não estava pronto para o cumprimento da missão que lhe havia sido atribuída.

13 militares experientes, técnicos altamente especializados, cientes dos seus deveres para com o Povo Português. 13 militares que juraram servir a Pátria, mesmo com o sacrifício das suas vidas, que sabiam, melhor que ninguém, o que se passava com o seu navio. 13 militares que haviam sido, por intermédio de louvor público, reconhecidos pela própria Marinha pelos serviços prestados à Nação, onde lhes foi destacada a demonstração de "grande dedicação e forte espírito de missão". 13 militares onde encontramos exemplos de várias condecorações, como a Medalha de Cruz Naval de 4ª Classe, Medalha de Mérito Militar de 4ª Classe ou Medalhas de Comportamento Exemplar em diferentes graus.

Muito se escreveu e se comentou em diversos órgãos de comunicação social nos dias seguintes. Os piores adjetivos foram usados para classificar a atitude destes camaradas que ainda tiveram de se sujeitar à humilhação pública de serem repreendidos ao vivo e a cores, com emissões especiais nas principais televisões nacionais.

Muito se escreveu e se comentou, fazendo-se esquecer um dos deveres mais importantes que incumbe a qualquer militar: o dever de tutela! Foi, precisamente, com a consciência da importância e desse acto, que estes 13 camaradas tiveram a coragem de, lealmente, informar o seu comando, que o navio não estava pronto para largar do cais para o cumprimento da missão!

Desde o primeiro momento que a Associação Nacional de Sargentos se mostrou solidária com estes 13 camaradas! Ao longo dos últimos dois anos esta Associação assumiu, publicamente e em distintas ocasiões, o seu incondicional apoio e a sua incontestável compreensão pelo acto de elevada coragem que estes camaradas assumiram naquele dia.

Na sequência do acto eleitoral do passado dia 1 de Fevereiro, tomaram posse, a 23 do mesmo mês, os novos Órgãos Sociais da ANS. Por esse facto é importante que estes camaradas percebam que a alteração das caras nos nossos órgãos sociais não altera,

em nada, a posição institucional desta que também é a sua casa!

Camaradas António Campaniço, João Ferreira, Sérgio Mendes, Rodrigo Ferreira, Pedro Oliveira, Jorge Dias, Jean-Pierre Dias, Renato Neves, Filipe São João, André Amorim, Rúben Martins, João Rodrigues e Sérgio Rocha. Sabemos que estais muito bem acompanhados na vossa defesa para as lutas que ainda tendes pela frente. Não obstante, é importante que tenhais presente que esta Associação, que sempre esteve ao vosso lado, não deixará de o continuar a fazer!

Nós acreditámos em vós e compreendemos-vos há dois anos! Continuamos a acreditar em vós e a compreender-vos hoje e assim continuará a ser no futuro!

Aqui, ireis encontrar, sempre, uma palavra de força e solidariedade, porque, citando o meu antecessor, "a solidariedade não é uma palavra vã, particularmente entre os militares, e reforça-se quando o momento é difícil!"

Obrigado, camaradas!"



O SMOR Domingos David Pereira, da Marinha, sócio fundador e antigo dirigente da ANS, enviou uma mensagem de solidariedade, muito aplaudida (ver em caixa separada). Foram igualmente lidas as seguintes mensagens:

"Eu e os militares com quem sirvo estamos solidários convosco. Temos consciência que nem todos teriam a mesma coragem que vocês tiveram, inclusivamente nós próprios. Não vos vemos como insubordinados, mas sim como Bravos, aqueles que se atiraram para cima da granada para salvar os outros. Se dizem que um militar tem de cumprir até as últimas consequências, mesmo com o sacrifício da própria vida, então que aos níveis superiores o façam, para não terem que, sem pudor, colocar sem necessidade, a vida de quem combate em primeira linha, em risco. Até à morte sim, pela Pátria! Nunca pela impotência de superiores de deixar afundar o navio e ainda por cima fazerem ouvidos moucos aos seus homens.

Muita força para vocês, espero que ajuda concreta vos chegue.

Um forte abraço!

D. R. – 1SAR Exército".

"Camaradas, com toda a certeza todo e qualquer militar que hoje em dia presta serviço nas FFAA compreende e se revê naquilo que estes Bravos fizeram, apenas até hoje não demonstraram a sua coragem.

Porque quem "mexe na massa" é que tem a experiência de saber o seu estado e como "ela" se comporta, tem por isso o dever de dizer como técnico o que "ela" está capaz de fazer, independentemente de alguém, com o dever de comandar, os contradizer, baseando-se em qualquer livro ou patente, ainda que partilhe a mesma "máquina" e por coacção de alguém sentado superiormente, não lhe permita reconhecer que o perigo dos homens e da "máquina" tinham tudo para não voltar.

E se assim fosse? Do que estaríamos agora a falar? Do que estaríamos a lamentar?

Bravo, pela vossa coragem e pela salvaguarda quer dos meios, quer das vidas que evitaram aos portugueses vir a chorar.

A lealdade será sempre à Bandeira e aos valores da Pátria, dos quais se enquadram aqueles que salvaguardaste, (meios e vidas), e não à farda de alguém com perspectivas de carreira.

O tempo vos irá dar razão, porque a razão como já percebemos está do vosso lado, não tenham por isso qualquer receio.

Cá estaremos para vos apoiar a ultrapassar todas as adversidades até a justiça prevalecer.

Camaradas do Mondego, Bem Hajam!! FORÇA!

F.R. – SCH Exército"



No final, e antes do singelo, mas significativo “Porto de Honra”, com um brinde aos corajosos marinheiros, António Campaniço, o mais antigo dos Bravos, fez uma intervenção com particular incidência no sentimento de resistência e de grande unidade, necessários para vencer as dificuldades que ao longo destes dois anos estes 13 militares da Marinha têm enfrentado, que não são apenas de ordem material, mas também de ordem militar, profissional, familiar, social e emocional. Reafirmou, porém, a sua firme convicção nos valores da verdade e da justiça que, mais cedo ou mais tarde, vão seguramente prevalecer. Com uma forte emoção, partilhada por todos os presentes, António Campaniço agradeceu e reconheceu todo o apoio e camaradagem sempre sentidos por todos os 13 Bravos do Mondego, naquilo que é inquestionavelmente um dos valores mais arreigados aos militares: a Solidariedade! ▲

Mensagem para a Trincheira de Combate da ANS

Queridos camaradas da Trincheira de Combate pelos Direitos de Cidadania dos Sargentos de Portugal e de todos os Cidadãos em Uniforme da família militar:

Outras trincheiras onde continuo a combater impedem-me de estar convosco na evocação deste dia duplamente maior:

– o 11 de Março de 1975, onde estive de prevenção pronto para sair da minha unidade em defesa da Revolução de Abril, tendo-se saldado por uma pesada derrota para aqueles que minavam a jovem democracia portuguesa e, desatando um nó pelo qual os fascistas impediam os avanços necessários (boicotando as empresas, enviando malas com dinheiro para o estrangeiro, roubando tractores e manadas de gado para a Espanha ainda franquista e atribuindo as culpas aos trabalhadores) permitindo assim à Revolução de Abril prosseguir, salvaguardar os interesses e a Soberania Nacional e melhorando a qualidade de vida dos portugueses para níveis nunca antes alcançados;

– e o 11 de Março de 2023, em que 13 Bravos Marinheiros se recusaram navegar com o navio no estado inoperacional em que se encontrava, como se comprovou logo a seguir, com aquela triste imagem do navio envolto numa nuvem de fumo, mesmo após as chegadas dos sobressalentes, antes negados, e duma equipa da Direcção de Navios com especialistas naqueles navios, e a figura ainda mais triste e ilustrativa do navio rebocado após ter ficado à deriva, sem energia motora nem eléctrica.

Sendo certo que os processos disciplinar e judicial ainda não transitaram em julgado, e, por isso, desejo sinceramente que a elevação, a dignidade ao defenderem os superiores interesses do país e da Marinha, ao impedirem o risco para a vida da guarnição e a possível destruição do navio, sejam devidamente entendidas e os camaradas absolvidos. Para não conspurcar a elevação do comportamento de quem não foge, mas forma na muralha aguardando uma réstia de bom senso do seu comando, abstenho-me de incluir aqui o deplorável enxovalho para a Marinha cometido pelo ex-CEMA.

Este é também um momento para recordar outra gesta heroica dos Sargentos e outros militares no 31 de Janeiro de 1891, saldando-se no imediato pela repressão, morte e prisão desses heróis, mas cuja sementeira frutificou anos mais tarde com a coragem de outros heróis, os Bravos da Rotunda, e ainda hoje o seu exemplo de Dignidade e combate pela Soberania Nacional ilumina o nosso combate em defesa, também, da Cidadania, da Dignidade profissional e da Soberania Nacional.

Tal como ontem, a gesta hoje evocada dos 13 Bravos Marinheiros, independentemente das decisões judiciais e disciplinares, frutificará nas consciências dos militares de hoje e de amanhã, como exemplo de Dignidade, de Coragem, de Desprendimento apanágio dos grandes combatentes.

Todos os Direitos e tudo o que os trabalhadores com ou sem uniforme detêm foi conquistado com muita luta, sofrimento e sacrifício. Só o exercício desses direitos e conquistas os podem salvaguardar: os Direitos Defendem-se Exercendo-os! Foi isso que os Bravos combatentes evocados fizeram: usaram o seu Direito à Indignação, para Defenderem bens colectivos que são a Dignidade e a Soberania Nacionais.

Desculpem este longo texto de um camarada que muito vos estima e sente a Honra de ter Guarnecido e ajudado no Combate a partir dessa Trincheira Nobre: é um privilégio ser vosso camarada de armas e combate.

Bem Hajam pela vossa dedicação.

Obrigado.

Com elevada Consideração, este vosso camarada

Domingos David' Pereira
SMOR TEA Ref. da Marinha

A JUSTIÇA PREVALECE!

De acordo com o despacho da agência LUSA de 6 de Maio, prontamente replicado por inúmeros órgãos de comunicação social, o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (STA), datado de 30 de Abril e divulgado nesse dia 6 de Maio na página oficial do tribunal, negou provimento ao recurso da Marinha, que contestava uma decisão anterior, do Tribunal Central Administrativo (TCA) Sul, que já tinha considerado nulas as sanções aplicadas aos 11 militares visados neste processo (dos 13 acusados de insubordinação), pela Marinha, na altura liderada pelo então Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Henrique Gouveia e Melo.

De acordo com este acórdão do STA, o processo de sanções disciplinares, contém diversos vícios e falhas que resultam na “nulidade da decisão sancionatória disciplinar por vícios do procedimento”. A defesa destes militares admite vir a pedir indemnizações por danos morais.

Em resposta à agência Lusa, o advogado dos militares, António Garcia Pereira, disse que a decisão, por ser de última instância e, portanto, uma decisão definitiva, significa que não podem subsistir quaisquer efeitos negativos das sanções aplicadas, lembrando que os dias de suspensão foram cumpridos e que há “uma mancha” no currículo destes militares associada a



este processo, por isso quer ver garantido que o registo biográfico destes militares seja limpo da informação relativa às sanções e o ressarcimento dos montantes devidos e não pagos em consequência da suspensão de serviço, que foi cumprida.

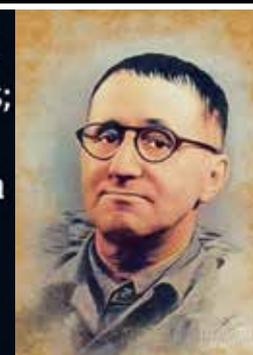
A defesa pretende ver garantida a “responsabilização da hierarquia”, que no caso em concreto, tem no topo o Almirante Henrique Gouveia e Melo, que na altura dos factos se deslocou à ilha da Madeira, onde o navio-patrolha estava em missão, para publicamente repreender os militares que se recusaram a cumprir a missão atribuída. O advogado considerou “muito provável” vir a avançar com um pedido de indemnização, nomeadamente por danos morais.

Entretanto, estamos a acompanhar o desenvolvimento da situação relativa aos dois Sargentos mais antigos, cujos processos ainda não estão concluídos. ▲



Há homens que lutam um dia, e são bons; há homens que lutam por um ano, e são melhores; há homens que lutam por vários anos, e são muito bons; há outros que lutam durante toda a vida, esses são imprescindíveis.

(Bertolt Brecht)





Sargentos à Deriva: o preço de servir Portugal

Entram jovens, cheios de vontade. Escolhem a farda num tempo em que muitos já nem acreditam no Estado. Têm orgulho na missão, amam a Pátria, carregam no peito o símbolo das Forças Armadas Portuguesas. Mas, ao fim de pouco tempo, a realidade embate neles como uma muralha: salários baixos, falta de perspectivas, e um futuro com uma reforma que será, na melhor das hipóteses, metade do que recebem hoje. Acordam cedo, dormem pouco, e vivem com a angústia de saber que a vida que escolheram pode não lhes dar o suficiente para sustentar uma família ou garantir uma velhice digna.

Os jovens Sargentos são o coração operacional das Forças Armadas. São eles que, entre ordens superiores e a realidade do terreno, garantem a execução das missões. São técnicos, líderes de pequenas unidades, gestores de meios e homens. Muitos têm formação especializada em áreas que no mundo civil são altamente valorizadas: mecânica aeronáutica, comunicações, Ciberdefesa, sistemas de armas, engenharia. E, no entanto, o seu salário base mal ultrapassa o ordenado mínimo qualificado, sem que se considere a instabilidade, a mobilidade forçada ou o desgaste emocional da função militar.

Enquanto o sector privado disputa talentos com



salários competitivos, progressão clara e incentivos reais, os jovens Sargentos olham para uma carreira militar onde a progressão é lenta, os cortes orçamentais são regra e as promessas raramente se cumprem. Um técnico militar que opera sistemas sofisticados ou assegura a segurança de infraestruturas críticas é pago muito abaixo do que receberia fora da instituição. A diferença não é apenas económica, é simbólica. É o retrato de um Estado que diz valorizar os seus militares, mas os mantém à margem da valorização real.

O problema agudiza-se quando olham para o futuro: a pensão militar, antes símbolo de respeito e reconhecimento, está agora desfigurada. A nova geração de militares sabe que, quando chegar a altura de pen-

durar a farda, receberá uma reforma inferior a metade do vencimento com que trabalhou décadas. E isso se conseguir aguentar até lá, sem doenças provocadas pelo serviço, sem desistir antes, vencido pela exaustão ou pela desmotivação.

Portugal precisa urgentemente de repensar o modelo de valorização das suas Forças Armadas, e isso começa pelo reconhecimento real dos seus profissionais. Não basta evocar o sacrifício em cerimónias protocolares ou citar os valores da Pátria nos discursos de ocasião. É preciso agir: garantir salários justos, planos de carreira consistentes, proteção social adequada e, sobretudo, a certeza de que servir Portugal não é uma sentença de precariedade.

Os jovens Sargentos são o espelho de uma geração que ainda acredita, mas que começa a duvidar. Se os quisermos no activo, motivados e preparados, temos de tratá-los como o que são: profissionais essenciais para a segurança, soberania e desenvolvimento do país.

Como disse o General Charles de Gaulle: *“Uma nação que não sabe honrar os seus soldados está condenada a perder a sua honra.”*

Ernesto Rebocho
Sargento-Chefe RES ▲

Nos 41 anos da Delegação nº1 do CSA



No passado dia 10 de Maio de 2025, o Clube do Sargento da Armada (CSA) comemorou o 41º Aniversário da Delegação nº 1, no Feijó. A ANS, representada pelo Vice-presidente da Direcção, Rogério Graça, teve o privilégio de estar presente nesta celebração a convite do CSA, em que no espaço aberto às intervenções dos convidados endereçou os parabéns aos dirigentes do CSA pela forma como têm dinamizado todas as actividades que ali se vêm realizando, agradecendo ainda toda a disponibilidade e apoio prestado em iniciativas da ANS.

Esta comemoração teve a presença de dezenas de associados e famílias por ocasião da entrega de diplomas e insígnias douradas aos sócios que atingiram os 50 anos de fidelização. Muitos foram os exemplos de reencontro depois de muito tempo longe do contacto, antes partilhado diariamente quer ao serviço da Mari-

nha, quer no convívio associativo nas instalações do Clube do Sargento da Armada.

O responsável pela Comissão Administrativa que gere as actividades da Delegação nº 1, no Feijó, António Dias, na sua intervenção agradeceu a todos os colaboradores o empenho diário para a manutenção do normal funcionamento da Delegação, mesmo com as dificuldades encontradas na mobilização de camaradas disponíveis para integrar os Órgãos Sociais e a Comissão Administrativa do CSA.

O Coro Polifónico do CSA actuou dirigido pelo Maestro Euclides Pio, seguido pela Tuna Maria, uma tuna feminina da Faculdade de Ciências e Tecnologia sita no Campus do Monte da Caparica, Almada.

Esperamos, e desejamos, que por muitos mais anos a Delegação nº 1 do CSA, no Feijó, continue a comemorar a sua existência de forma activa na companhia de associados, dirigentes e muitos amigos. ▲

ACR assinala os 49 anos da CRP



No passado dia 2 de Abril, a Associação Conquistas da Revolução (ACR) celebrou os 49 anos da Constituição da República.

A efeméride foi comemorada em parceria com o Manifesto em defesa da Constituição da República Portuguesa, e contou com as intervenções de Jorge Aires - Membro do núcleo dinamizador do Manifesto CRP e Presidente da Direcção da ACR e de António Filipe - Deputado na Assembleia da República, entretanto dissolvida, e Membro do núcleo dinamizador do Manifesto CRP.

No final da sua intervenção Jorge Aires apelou à defesa da Democracia e da Liberdade.

Por sua vez, António Filipe referiu que passaram 49 anos sobre a aprovação e promulgação, em 2 de Abril de 1976, da Constituição da República Portuguesa, acto fundador da institucionalização da democracia portuguesa que merece ser assinalado por consagrar uma das mais avançadas e progressistas constituições que o século XX havia de conhecer e que tem provado ser, nestes anos da sua vigência, um suporte fundamental e indispensável na regulação da nossa vida democrática, mas igualmente um sustentáculo que reforça a legitimidade da luta, dos anseios e aspirações dos trabalhadores e do povo a uma vida melhor, num Portugal mais fraterno e solidário, mais livre e mais democrático.

Terminou a sua intervenção referindo que para que os direitos fundamentais sejam respeitados e para que as tarefas fundamentais do Estado sejam efectivamente cumpridas, é necessário lutar por um poder político determinado em cumprir e fazer cumprir a Constituição, em concretizar os direitos nela consignados e em levar por diante o projecto de democracia política, económica, social e cultural que a Constituição projecta para o presente e para o futuro de Portugal. ▲



ANS nos 45 anos do Museu Militar do Porto

No passado dia 21 de Março, a convite do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, a ANS, representada por António Assunção, Secretário da Direcção, esteve presente na cerimónia de comemoração do 45º aniversário do Museu Militar do Porto.

Num evento que deu a conhecer o espaço histórico-militar onde se poderá ter acesso ao rico espólio de colecções e artigos militares, bem como acesso digital à história documental, fazendo justiça à divisa “*Dos Nossos Fama e Glória*”, para além da comemoração solene da efeméride, consolidou-se a assinatura de um protocolo entre o Museu Militar do Porto e



a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. ▲

ADFA Comemora o 51º Aniversário

No passado dia 14 de Maio, decorreu nas instalações da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), em Lisboa, a Sessão Solene Comemorativa do seu 51º aniversário que iniciou com um momento musical, interpretado pelo guitarrista Nuno Dias.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional da ADFA, Dr. Joaquim Mano Póvoas, deu as boas vindas às entidades convidadas e a todos os presentes, passando a palavra ao MGEN João Vieira Borges, alta entidade convidada, que apresentou a conferência intitulada “*Conflitualidade Ac-*

tual e Desumanização”.

Posteriormente, o Presidente da Direcção Nacional da ADFA, TCOR António Pereira Neves, proferiu a intervenção de fundo, finda a qual se procedeu à entrega de uma lembrança à alta entidade convidada.

O acto solene culminou com um Porto de Honra. Cantou-se “A Portuguesa” e os parabéns, com a tradicional abertura do bolo de aniversário.

A ANS fez-se representar por Fernando Grenho Silva, Vice-Presidente da Direcção, e por Vitor Marques Alves, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral. ▲



ANS presente no 48º aniversário da Associação de Fuzileiros

A Associação Nacional de Sargentos esteve representada pelo Vice-Presidente, Fernando Grenho Silva, nas cerimónias comemorativas do 48º aniversário da Associação de Fuzileiros, que decorreram no passado dia 29 de Março, no Barreiro.

A celebração da efeméride iniciou-se junto ao Monumento ao Fuzileiro onde foi prestada homenagem aos mortos e depositada uma coroa de flores. De seguida, já nas instalações da Associação de Fuzileiros, assistiu-se a uma palestra desenvolvida pelo professor e historiador militar Rodney Lisboa, do Brasil. Seguidamente procedeu-se à cerimónia de imposição de medalhas aos sócios que completaram 20 e 10 anos de associativismo ininterrupto, após a qual decorreu o almoço que contemplou o tradicional corte do bolo de aniversário. ▲



AUME comemora 20 anos



No passado dia 8 de Abril, num evento realizado em Madrid, na sede da Confederação de Sindicatos “*Comisiones Obreras*” (CCOO), a AUME – “*Asociación Unificada de Militares Españoles*” comemorou os 20 anos da sua fundação, ocorrida a 12 de Abril de 2005.

Durante o evento, foi projectado um interessante vídeo sobre a história da AUME e entrevistaram os seguintes oradores:

- Jorge Bravo, histórico fundador e primeiro Secretário-Geral da associação, que recordou os problemas e as circunstâncias difíceis que os fundadores tiveram de enfrentar com repetidas detenções e prisões disciplinares.



- Juan Francisco García Crespín, representante da UGT – “*Unión General de Trabajadores*”, que saudou os presentes e manifestou o apoio e a proximidade da sua organização ao trabalho da AUME em prol dos trabalhadores militares.



- António Lima Coelho, anterior presidente da ANS e, na altura, membro da Direcção da EUROMIL, com palavras de grande sentimento fraterno, mostrou a relação de camaradagem, respeito, solidariedade e muito trabalho conjunto, que sempre existiu entre os militares de Portugal e de Espanha e as respectivas associações socioprofissionais.

- Emmanuel Jacob, Presidente da EUROMIL, que agradeceu o convite e felicitou a AUME pelos seus 20 anos de luta pelos direitos dos militares espanhóis, recordando que o seu próprio mandato à frente da EUROMIL coincidiu com o nascimento da AUME.

- Unai Sordo, Secretário-Geral das CCOO, que, na qualidade de anfitrião, manifestou a sua satisfação pelo facto de a AUME celebrar o vigésimo aniversário na sede desta confederação de sindicatos, reiterando o apoio ao trabalho da AUME nestes anos de progresso e a necessidade de os militares, numa democracia avançada, poderem organizar-se para defender os seus direitos como os demais trabalhadores.

O evento encerrou com a intervenção do Secretário-Geral da AUME, Iñaki Unibaso, que agradeceu a presença dos convidados e, em especial, das organizações representadas. No seu discurso, prestou homenagem aos fundadores da AUME, presentes na sala, recordou o papel da Associação na promulgação da Lei Orgânica dos Direitos e Deveres dos membros das Forças Armadas - que regulamentou as associações socioprofissionais - e expressou a necessidade de continuar a luta até alcançar os direitos plenos dos cidadãos e trabalhadores em uniforme. ▲





BREVES

ALCANTE – Antes Abril, que tal sorte

Na Academia de Santo Amaro, em Lisboa, a 30 de Abril de 2025, o ALCANTE, Associação Cultural e Recreativa, apresentou o espectáculo ANTES ABRIL “Que tal Sorte”, integrado nas comemorações do 51º aniversário do 25 de Abril.

Com dramatização de modas alentejanas, o Cante percorreu o período do fascismo, o 25 de Abril e a Revolução que se lhe seguiu, com enfoque na Reforma Agrária.

A ANS esteve presente, a convite do sr. José Fernandes, Presidente da Direcção, fazendo-se representar por Luís Bugalhão, Presidente da Mesa da Assembleia Geral.



Conselho Consultivo do IASFA

O CC do IASFA reuniu no passado 2 de Abril de 2025, convocado pelo Presidente do Conselho Directivo, Tenente-General Luís António Morgado Baptista. A ANS esteve representada por Carlos Colaço, Vice-Presidente da Direcção, elemento nomeado pela Direcção para integrar, enquanto Vogal, aquele Conselho. Rende, nessas funções, António Lima Coelho, em consequência da cessação das suas funções na Direcção da ANS.

Nesta reunião foi analisado o Plano de Actividades de 2025. Carlos Colaço teve oportunidade de vincar as posições da ANS, nas quais se insere, por exemplo, a posição de que a ADM é um corpo estranho dentro do IASFA.



ANS no Compromisso Eleitoral do PCP

O Partido Comunista Português convidou a ANS para a apresentação do seu Compromisso eleitoral para as Eleições Legislativas 2025. A sessão teve lugar no passado 10 de Abril de 2025, no Auditório JJ Laginha do ISCTE. A delegação, que agradeceu o convite e apresentou cumprimentos a Paulo Raimundo, foi constituída pelo Tesoureiro, José Pereira, e pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Luís Bugalhão.

**CONVITE
APRESENTAÇÃO
DO COMPROMISSO**

Um confuso processo de atribuição de condecorações, no Exército!

Camaradas Sargentos, há dias ouvi relatos que no Exército existiam algumas formalidades “extra” que integravam o processo de condecoração dos militares, alterando o desfecho durante o percurso, não chegando assim este ao seu destino final, a Repartição de Justiça e Disciplina Militar da Direcção de Serviços de Pessoal, para apreciação e emissão de parecer. Contudo, como gosto de ter os pés assentes na terra, nada melhor que averiguar a veracidade do relatado.

Eis que um militar da minha unidade me descreve a sua situação, e percebi que na realidade não existe apenas nevoeiro, mas uns ligeiros ventos desviaram o sentido considerado por alguém. Este camarada, um jovem Primeiro-Sargento no qual sinalizo qualidades pessoais e militares de excelência, e às quais o seu comando de Unidade não esteve desatento, formulando uma proposta de louvor para o escalão superior, nomeadamente para a entidade Brigadeiro-General, a qual concordou com a redacção meritória que integrava virtudes militares no âmbito do seu desempenho técnico-profissional, com vista à concessão da Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4ª classe.

A publicação do merecido louvor do jovem Sargento muito nos honrou, e conforme determinado pela entidade que louvou, o processo de atribuição da respectiva condecoração foi elaborado e remetido pelo canal hierárquico, em conjunto com outras propostas.

Sublinho que os desempenhos do militar foram sinalizados pelo seu chefe directo do serviço, Comandante de Unidade, e Comandante Operacional, aqueles que dia-a-dia convivem e trabalham em equipa com o mesmo, o que define como mais do que legítimo que a intenção do louvor público confira a condecoração prevista no Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas (RMMMCFA).

O processo de condecoração para a citada medalha tem a duração de um ano e depois prescreve. Quando chegam os despachos das várias propostas, a do militar em causa não constava, e o “feedback” foi negativo e partilhado por telefonema. Claro! Argumentar a decisão por escrito pode vir a ser aborrecido!

Pensei então: deve existir algum documento que preveja esta situação, mais precisamente a decisão de travar a continuidade do processo! Pois, o mesmo está prescrito numa Norma de Autoridade Técnica (NAT) que, num dos seus pontos, prevê a possibilidade de diferentes entendimentos por parte dos vários escalões de comando, como também é referido no Guia Prático da Medalha.

Identificada a possível justificação, não fundamentada por escrito, mas que certamente só pode remeter para estes dois documentos, deixa-me sem conseguir perceber a sobreposição desta NAT a um regulamento, nomeadamente à lei, o que me leva a questionar o seguinte:

1. Quem realmente é conhecedor do mérito dos militares?
2. A NAT em causa deve prevalecer sobre o RMMMCFA?
3. Será que não existe confiança na cadeia de comando?

Antes do militar ser louvado tudo foi bem analisado, e a elaboração do processo para condecoração foi considerada, e até tenho conhecimento que o processo não é célere porque exige parcialidade, legitimidade, ponderação, estudo, equidade e justiça. Se a NAT deve ter a acção que lhe atribuem, o que me choca mais é não conseguir perceber quando num processo que é proposto por um Oficial General, haja um outro camarada do Corpo de Oficiais Generais no subseqüente escalão hierárquico que decide contraria-

mente face à informação do anterior. Na gíria dizemos que a “tropa já está inventada”, mas parece que não, porque sempre aparece alguém que gosta de se afirmar, criando “regras” próprias e ao sabor do vento, as quais não estão estatutariamente prescritas. E, ainda mais gritante, a falta de confiança na cadeia de comando, o que, por sua vez, restringe as competências disciplinares do Oficial General proponente, que é no fundo o verdadeiro conhecedor das virtudes militares e profissionalismo dos seus subordinados.

Resumindo e concluindo, como o processo andou a passo de caracol, o tempo passou, e a intenção de reformular a proposta nunca teria tempo de ser avaliada, e o processo “morreu na praia”, ficando o militar com o louvor averbado nos seus documentos, mas sem o mesmo poder ser cativo para condecoração.

Camaradas Sargentos, não são as medalhas que nos vão transformar em “Rambos”, mas quando a valorização do nosso profissionalismo é alvo de testemunho público em louvor e é intenção do nosso Comando a atribuição da condecoração correspondente aos nossos desempenhos, é também motivo de orgulho para a nossa Categoria.

Agora, quando um processo é omissivo e confuso, não se consegue perceber o porquê da descoordenação entre a base e o topo, exige-se uma análise ponderada e equitativa, para que as mulheres e homens que na categoria de Sargentos servem nas Forças Armadas, não se sintam menosprezados e desvalorizados.

Reforço então, a importância da uniformização e equidade, como defendemos e temos explanado no ponto 3. do nosso Caderno de Aspirações, referente à Justiça e Disciplina, nomeadamente a uniformização no “processo de atribuição de medalhas nos três Ramos das FFAA e no EMGFA, conformando-o apenas com o Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas (RMMMCFA), não carecendo de outros requisitos impostos por despachos, arbitrários, de CEM dos Ramos”.

Esperemos então melhor procedimento!

Um Sargento devidamente identificado ▲



Solidariamente Presentes nos 36 anos de um acto histórico



No dia 22 de Abril passado, a convite da Direcção Nacional da ASPP-PSP, a ANS, por intermédio de João Mata e Miguel Moita, Presidente e Secretário da Direcção, respectivamente, esteve presente nas comemorações do 36º aniversário do evento que ficou historicamente conhecido como «Secos e Molhados», celebrando um marco que mudaria, para sempre, a realidade associativa e sindical dos profissionais da PSP, levando a inquestionável solidariedade na evocação de um acto de grande coragem e de relevante significado histórico. ▲



O SINDICALISMO MILITAR EM FOCO



Face à Queixa Colectiva nº 199/2021 formulada ao Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS) em Maio de 2021 pela EUROMIL (Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares) v. PORTUGAL, alegando violações da Carta Social Europeia (assinada por Portugal em 03.05.1991 e ratificada na sua versão Revista em 30.05.2002) devido a restrições aos direitos sindicais do pessoal militar, o Comité decidiu concluindo que *Portugal está a violar - os artigos 5º e o nº 2 do artigo 6º da Carta*. Esta decisão enfatiza que o pessoal militar deve ter pelo menos alguma forma de direitos sindicais e mecanismos de negociação colectiva, semelhante a outros trabalhadores da função pública, como as forças policiais.

Na sequência do decidido, fica assim Portugal obrigado a alinhar o seu quadro jurídico com o ónus de: i) Reconhecer os direitos sindicais dos militares; ii) facilitar os mecanismos de negociação colectiva, com a garantia de poder negociar as condições de emprego através de um processo estruturado; iii) rever a proibição de direito à greve, avaliando a possibilidade de aplicação de restrições mais proporcionais, no quadro do § 4 do artigo 6º da Carta e ; iv) o dever de Portugal apresentar um relatório ao Comité de Ministros sobre as medidas tomadas em cumprimento desta decisão, respeitando as recomendações do Comité. *“A não adopção de medidas adequadas poderá resultar num acompanhamento contínuo e em pressões para que Portugal respeite os direitos consagrados na Carta”.*

Esta singela, mas significativa decisão da CEDS, enquanto órgão do Conselho de Europa, vem no seguimento da iniciativa tomada em 2018 pelas três Associações Profissionais Militares – APM - (ANS, AOFA e AP legalizadas ao abrigo da Lei Orgânica 3/2001 de 29/08) no sentido de sugerir à EUROMIL a alteração da sua designação com o acréscimo do termo “sindicatos”, proposta que foi adoptada. Para as três APM, a figura jurídica de *associativismo profissional* vigente, havia perdido o seu tempo de validade, estando já nesta altura obsoleta, principalmente por não corresponder ao direito do militar português a fruição da *cidadania de corpo inteiro*. Na verdade, sem pôr em causa o clássico “espírito de missão” na materialização de segurança nacional e disciplina militar, está demonstrado que, para se exigir dos militares, capacidade e dedicação no exercício das suas funções, impõe-se que se lhes reconheça a plenitude do *direito de cidadania*, sob pena de se atropelar o normativo do nº 2 do artigo 275º da Constitui-

ção. Para as APM qualquer utilidade que este tipo de associativismo pudesse revelar havia desvanecido ante o rigor abusivo das restrições impostas às APM na prossecução dos seus objectivos estatutários, nomeadamente o de sujeitar os dirigentes associativos ao regime disciplinar por declarações proferidas, o não reconhecimento da sua legitimidade para representar os associados contenciosamente e do direito de contratação colectiva, entre outros – tudo fruto de uma concepção anquilosada e não europeizada da condição militar.

Não admira por isso que a argumentação do nosso Governo apresentada em jeito de defesa no pleito nº 199/2021, não tivesse o mínimo acolhimento. Na verdade, o que designava de ‘restrições’ não passavam senão de verdadeiras ‘proibições’, algo que, em matéria de direitos, liberdades e garantias é expressamente afastado pelo artigo 18º da Constituição Portuguesa. Está demonstrado que o sindicalismo militar e a contratação colectiva não constituem um bicho de sete cabeças. Constituem realidades de alcance militar ao nível europeu cada vez mais vincadas, como é o caso de Holanda e Dinamarca (sindicalismo) e de Alemanha, Bélgica e Noruega (contratação colectiva), países onde não há notícia de quebra de disciplina ou de menor eficácia operativa dos militares por fruírem desses direitos.

Por tudo quanto acima fica dito, na audiência parlamentar da Comissão de Defesa Nacional concedida ontem (06.03.2025) à EUROMIL, na pessoa do seu Presidente Emmanuel Jacob, e salvo sempre o devido respeito, não pode por isso deixar de se configurar de infeliz o entendimento do Sr. Deputado do partido Chega ao recusar ao militar português a qualidade de ‘cidadão em uniforme’. Também, o Sr. Deputado do PSD, parece ter pretendido passar a ideia de o risco do sindicalismo militar vir a partidizar-se ou politizar-se assim contrariando o disposto no nº 4 do artigo 275º da Constituição. Salvo o devido respeito, não se pode nem se deve transpor para o mundo de realidade algo que não passa senão de um receio ou mera suposição.

É sabido que todo o cidadão, individualmente considerado, é político. A realidade portuguesa tem demonstrado, porém, que o sindicalismo é, por via de princípio, uma organização colectiva de trabalhadores de quadrantes vivenciais e perspectivas mais diversas, o que à partida o coloca fora da esfera política e/ou partidária. É o caso da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, do Sindicato dos Guardas Prisionais, da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal, da Associação Sindical dos Profissionais das Polícias, todos com um estatuto que aponta no sentido de não envolvimento partidário e de não envolvimento político. Porque sê-lo-ia um Sindicato Militar?

Lx. 07.03.2025

António Bernardo Colaço

(juiz-conselheiro jubilado do STJ) ▲

Eleita Nova Direcção na EUROMIL



Da esquerda para a direita: Ger Guinan, Christian Schleck, Ronni Pedersen, Johan Ohlén, Emmanuel Jacob, Jorg Greiffendorf, George Zgardanas, Marcell Hajdok, German Gómez Martínez

Em 9 de Maio de 2025, a EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, organizou a sua Assembleia Geral Extraordinária (EGA – *Extraordinary General Assembly*) em Bruxelas, um evento que se realiza de quatro em quatro anos. Esta sessão extraordinária esteve ligada à 131ª Assembleia Geral, que também ocupou os dias 9 e 10 de Maio.

Na EGA, o presidente Emmanuel Jacob apresentou o relatório, numa reflexão positiva e esperançosa sobre o trabalho da EUROMIL neste último mandato de quatro anos (2021-2025). Como afirmou na sua apresentação: *“Nos últimos quatro anos, a EUROMIL mostrou que, mesmo em tempos difíceis, com muito trabalho e empenho, podemos fazer progressos reais na defesa dos direitos dos militares em toda a Europa”.*

Duas moções foram apresentadas pela Direcção cessante e aprovadas, por unanimidade, pela Assembleia. A primeira centrou-se no reforço da missão da EUROMIL, na melhoria do diálogo social, na preparação de futuras lideranças e no reforço do envolvimento dos membros. A segunda moção pedia protecções mais fortes de saúde e de segurança para o pessoal das Forças Armadas em toda a Europa, ou seja, proteger melhor aqueles que são chamados a proteger todos os outros, especialmente em tempos de maior pressão sobre os militares.

Esta Assembleia Geral Extraor-

dinária também elegeu a nova Direcção da EUROMIL para o mandato 2025-2029. Emmanuel Jacob (belga) foi reeleito Presidente, apoiado por Jörg Greiffendorf (DBwV - Alemanha) como 1º Vice-Presidente e Johan Öhlén (SAMO - Suécia) como 2º Vice-Presidente. George Zgardanas (PFARFU - Grécia), Marcell Hajdok (HÉSZ - Hungria), Christian Schleck (SPAL - Luxemburgo), Ronni Pedersen (CS - Dinamarca), Germán Gómez Martínez (AUGC - Espanha) e Ger Guinan (PDFORRA - Irlanda) foram eleitos membros da Direcção. Finn Bengtsen (CS - Dinamarca) e Ingo Zergiebel (DBwV - Alemanha) foram aprovados como auditores.

Face ao resultado das eleições, o Presidente Emmanuel Jacob sublinhou: *“Esta nova Direcção precisará de liderar a EUROMIL por meio de um mandato de transição para uma nova liderança e um futuro numa estrutura de segurança em mudança. Os desafios que temos pela frente são enormes – mas podemos enfrentá-los, com o total comprometimento de todos.”*

Antes de os novos membros assumirem as suas funções, foi feita a despedida da Direcção cessante. Terminaram os seus mandatos António Lima Coelho (ANS – Portugal), István Bácskai (HÉSZ – Hungria), Jesper Hansen (CS – Dinamarca) e Ton de Zeeuw (MARVER – Países Baixos), que não esteve presente neste evento, por motivos de força maior. ▲



Os três últimos, da esquerda para a direita: Jesper Hansen, António Lima Coelho, István Bácskai



131ª Assembleia Geral da EUROMIL, em Bruxelas

A 9 e 10 de Maio, a EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, realizou a 131ª Assembleia Geral em Bruxelas (Bélgica), nas instalações da MAI (*Maison des Associations Internationales*). O presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, abriu a conferência dando as boas-vindas aos delegados, ressaltando a importância dos actuais desenvolvimentos europeus no domínio da defesa, mas enfatizando a necessidade de “investir não apenas em equipamentos e capacidades, mas também, e sobretudo, em pessoas, defendendo um sistema de defesa sustentável, justo e enraizado nos valores humanos”.



Joachim Pohlmann, Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa da Bélgica e Wouter Beke, eurodeputado (PPE, Bélgica) foram os oradores convidados para a sessão de abertura.



Joachim Pohlmann



Wouter Beke

Um painel sobre recrutamento e retenção ocorreu durante a Assembleia Geral. Peter Petrov, da Associação “Amigos das Forças Armadas da Bulgária” (AFBA), centrou-se no envolvimento dos jovens e na importância do pessoal na situação de Reserva. Na sua apresentação pediu maior inclusão, defendendo uma maior abertura à diferença e a promoção da diversidade de género dentro das Forças Armadas búlgaras como uma solução para a contínua escassez de pessoal.

O MGEN Geeraert, da Divisão de Recursos Humanos das Forças Armadas belgas, abordou os desafios de recrutamento e retenção relacionados com o género. Referiu percepções e preconceitos persistentes, bem como a necessidade de apoiar o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Concluiu que a inclusão não é apenas um valor, mas um “multiplicador de força”.



Peter Petrov



MGEN Geeraert

Nesta Assembleia Geral foi aprovada, por unanimidade, uma declaração em homenagem ao Dia da Europa, naquele mesmo 9 de Maio, em que se reafirma o compromisso da EUROMIL com a unidade e os valores europeus, ao mesmo tempo em que defende uma política de defesa europeia mais integrada, justa e centrada no factor humano, peça essencial em quaisquer Forças Armadas.

As associações portuguesas estiveram representadas por João Mata, Presidente da Direcção da ANS, mandata-

do pela AP para fazer a sua representação e Rui Martins, Vogal do Conselho Nacional da AOFA.



Rui Martins, Lima Coelho e João Mata

Os trabalhos da Assembleia Geral prosseguiram no dia 10 de Maio, nomeadamente com a apresentação do recente inquérito da EUROMIL sobre “O Futuro da Defesa Europeia II”, em que a responsável por áreas políticas na EUROMIL, Dimitra Koutouzi, apresentou as conclusões destacando a importância do diálogo contínuo e do envolvimento com as principais partes interessadas, incluindo associações militares e sindicatos, para moldar uma política de defesa que não seja apenas ambiciosa, mas também inclusiva, sustentável e adequada para o futuro.



Dimitra Koutouzi

A reunião continuou com a apresentação dos relatórios nacionais dos vários membros. No geral, foram abordados temas comuns como recrutamento e retenção, condições de trabalho, assuntos de veteranos e bem-estar geral dos militares.

Antes do encerramento dos trabalhos, António Lima Coelho dirigiu-se aos presentes, numa mensagem de despedida, mas também de apelo à continuidade na luta pela defesa dos cidadãos e trabalhadores em uniforme pois, como sabemos, apesar de existir uma chamada “União Europeia”, não há de facto uma Europa unida. Entre outras considerações e apelos, lembrou que fomos recentemente confrontados, em plena Comissão de Defesa Nacional, com uma afirmação de um deputado português, membro do terceiro maior partido na Assembleia da República, entretanto dissolvida, Coronel na situação de Reserva e, por isso, é sempre preciso alertar que existe e urgentemente combater, quem, como esse deputado, que considera que os militares não são cidadãos!



A 132ª Assembleia Geral terá lugar em Paris (França) em Outubro de 2025. ▲

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO SINDICAL!

Intervenção da PFEARFU no Parlamento Grego sobre o projecto de lei do Ministério da Defesa Nacional



A PFEARFU (*Panhellenic Federation of Armed Forces Unions*), Federação Pan-helénica de Sindicatos das Forças Armadas, membro da EUROMIL, fez recentemente uma significativa intervenção no Parlamento Helénico relativamente ao novo projecto de lei do Ministério da Defesa Nacional Grego sobre a regulamentação das questões de saúde das Forças Armadas e disposições conexas.

Uma delegação, chefiada pelo Presidente Ilias Kolirris, apresentou as posições e propostas da Federação sobre questões cruciais relativas aos cuidados de saúde do pessoal das Forças Armadas. A sua intervenção in-

cluiu também a apresentação de documentos pormenorizados sobre reivindicações de longa data e as questões institucionais que afectam os Sargentos.

Abordaram ainda a necessidade de protocolos e de formação especializada nos hospitais militares para identificar e tratar incidentes de violência doméstica, com o objectivo de melhorar a prevenção e a resposta através de uma melhor formação do pessoal médico.

A PFEARFU reafirmou o seu compromisso de representar de forma responsável e fiável o pessoal militar helénico, chamando a atenção para as questões que afectam a sua vida quotidiana e a sua dignidade. ▲



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Empressados os novos Órgãos Sociais, estabelecidos os objectivos e discutidas, ponderadas e calendarizadas as necessárias iniciativas, deu-se início ao mandato com a actividade intensa, como é comum no trabalho da nossas ANS.

Dessa intensa actividade associativa apresentamos um resumo:

18MAR – Reunião (via Zoom) do Grupo Comunicação e Informação;

21MAR – Cerimónia do 45º aniversário do Museu Militar do Porto. ANS representada por A. Assunção;

24MAR – Audiência com o General CEMFA, no EMFA, em Alfragide. Delegação da ANS composta por J.Mata, C.Colaço, P.Santos e C.Pardim;

29MAR – Cerimónias alusivas ao 48º aniversário da Associação de Fuzileiros, no Barreiro. ANS representada por F.G.Silva;

31MAR – Assembleia-Geral de apresentação de Contas e Plano, na sede social da ANS, no Lumiar;

01ABR – Reunião da Comissão Executiva da Homenagem aos Antigos Combatentes, na Bateria da Lage, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho;

02ABR – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

03/04ABR – Reunião da Direcção da EURO-MIL, em Hamburgo, Alemanha. ANS representada por L.Coelho;

07ABR – Reunião do Secretariado da ANS;

08ABR – Reunião do Conselho Consultivo

do IASFA, no CAS-Lisboa. ANS representada por C.Colaço;

08ABR – Cerimónia do 20º aniversário da AUME, em Madrid, Espanha. ANS representada por L.Coelho;

08ABR – Reunião, via Zoom, entre dirigentes das três APM. ANS representada por J.Mata, J.Pereira e L.Bugalhão;

09ABR – Cerimónias do 107º aniversário da batalha de La Lys e do Dia do Combatente, na Batalha. ANS representada por A.Moreira;

10ABR – Audiência com o Presidente do Conselho Directivo do IASFA, na sua sede, em Lisboa. Delegação da ANS composta por J.Mata, C.Colaço e R.Graça;

10ABR – A convite do PCP, apresentação do programa eleitoral, em Lisboa. ANS representada por J.Pereira e L.Bugalhão;

14ABR – Reunião, via Zoom, com Sargentos da FAP. ANS representada por J.Mata e L.Bugalhão;

16ABR – Reunião do Secretariado da ANS;

21ABR – Reunião, via Zoom, com as APM e Clubes, preparatória para as comemorações do 25 de Abril. ANS representada por J.Mata, J.Pereira e L.Bugalhão;

22ABR – Cerimónia alusiva ao 36º aniversário do chamado “Secos e Molhados”, em Lisboa. ANS representada por J.Mata e M. Moita;

22ABR – Reunião na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó, preparatória do aniversário da ANS que esteve representada por R.Graça, L.Bugalhão e V.M.Alves;

23ABR – A convite da ACR, jantar comemorativo do 25 de Abril, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por J.Mata;

24ABR – A convite do Núcleo do Porto da ACR, jantar comemorativo do 25 de Abril, na Casa Diocesana, no Porto. ANS representada por A.Assunção;

25ABR – A convite da C. M. Almada, Sessão Solene comemorativa do 25 de Abril. ANS representada por J.Galvão e V.M.Alves;

25 de Abril – Participação no Desfile na Avenida da Liberdade, em Lisboa e na Avenida dos Aliados, no Porto;

27ABR – Almoço comemorativo do 25 de Abril, promovido pelas seis estruturas associativas de militares, no INATEL, na Costa de Caparica;

30ABR – Promovido pelo ALCANTE, apresentação do espectáculo ANTES ABRIL “Que Tal Sorte”, na Academia de Santo Amaro. ANS representada por L.Bugalhão;

06MAI – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

07MAI – Visita/Palestra da ANS na Esquadilha de Subsuperfície, no Alfeite. Delegação da ANS composta por J.Mata, R.Graça, J.Pereira, A.Almeida, P.Santos, L.Bugalhão, V.M.Alves, J.Galvão e N.Bento;

08MAI – Cerimónia da Doação da Colecção de Alfredo Cunha ao Museu Militar de Lisboa. ANS representada por V.M.Alves;

08, 09, 10MAI – 131ª Assembleia Geral e Assembleia Geral Extraordinária da EURO-MIL, em Bruxelas, Bélgica. ANS representada por J.Mata e L.Coelho;

10MAI – Cerimónia comemorativa do 41º aniversário da Delegação nº 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por R.Graça;

14MAI – Cerimónia alusiva ao 51º aniversário da ADFA, na sua sede nacional, em Lisboa. ANS representada por F.G.Silva e V.M.Alves;

15MAI – Promovida pela ANS, Reunião de Sargentos na Delegação nº1 do CSA, no Feijó. Mesa composta por J.Mata, R.Graça e J.Pereira;

19MAI – Reunião, via Zoom, entre dirigentes das três APM. ANS representada por J.Mata, J.Pereira e L.Bugalhão;

20MAI – Promovida pela ANS, Reunião de Sargentos na Sede Social, no Lumiar, Lisboa. Mesa composta por J.Mata, R.Graça e J.Pereira.

À hora do fecho desta edição do jornal “O Sargento” estão em preparação outras reuniões com Sargentos (na área do Entroncamento e do Porto), outros eventos em conjunto com as demais APM, bem como diversas iniciativas no âmbito da actividade associativa, tais como, audiências com diversas entidades institucionais, não apenas para apresentação dos novos Órgãos Sociais, mas também para encontrar formas de responder aos anseios e solicitações dos Sargentos. Estão igualmente em preparação iniciativas no âmbito da comemoração do 36º aniversário da ANS.

Destas actividades daremos conhecimento na próxima edição do nosso jornal. ▲

Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios pro-

puserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for

o caso, para tomarmos uma decisão adequada. Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em

www.ans.pt

ou no Facebook em

www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

- GLASSDRIVE

- INSTITUTO QUINTINO AIRES

- CLÍNICAS LEVITATE

- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL

- FITOCLINIC

- FITNESS HUT

ZONA NORTE:

- RIVA OFFICE

- MORAIS & ASSOCIADOS- SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA

- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI

- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES

- ÓPTICA DA MALVEIRA

- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS

- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA

- FERNANDÓPTICA, LDA

-AMERICANA -PAPELARIA SA (LEIRIA)

ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO (www.farmacias-progresso.pt)

- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA

- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA

- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE

- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS

- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE

- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO

- CLÍNICA VIDAMED

- FARMÁCIA EUSIL

- ÓPTICA BERNA

- CLÍNICA O MEU MÉDICO

- CLÍNICA PELVICLINIC

- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE

- MÉDICO SOBRE RODAS

- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA

- MONTICORPO

- DRAGONFLY

- FAZ UM “LIKE” NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM

WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos

- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT

- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT



36.º aniversário

07JUN2025, Sábado

Sessão solene entre as 10.30 e 12.00;

Almoço (€ 15,00) entre as 12.30 e 14.00;

Matiné dançante a cargo do grupo
'Som de Mais'



Clube do Sargento da Armada, Delegação n.º 1 – Feijó

Praceta do Clube do Sargento da Armada

2810-044 Almada

Inscrições para o almoço:

Consulta os nossos espaços digitais, via email para

contacto@ans.pt ou 218 154 966 / 938 850 481



ans.pt



ansargentos



ansargentos



ansargentos